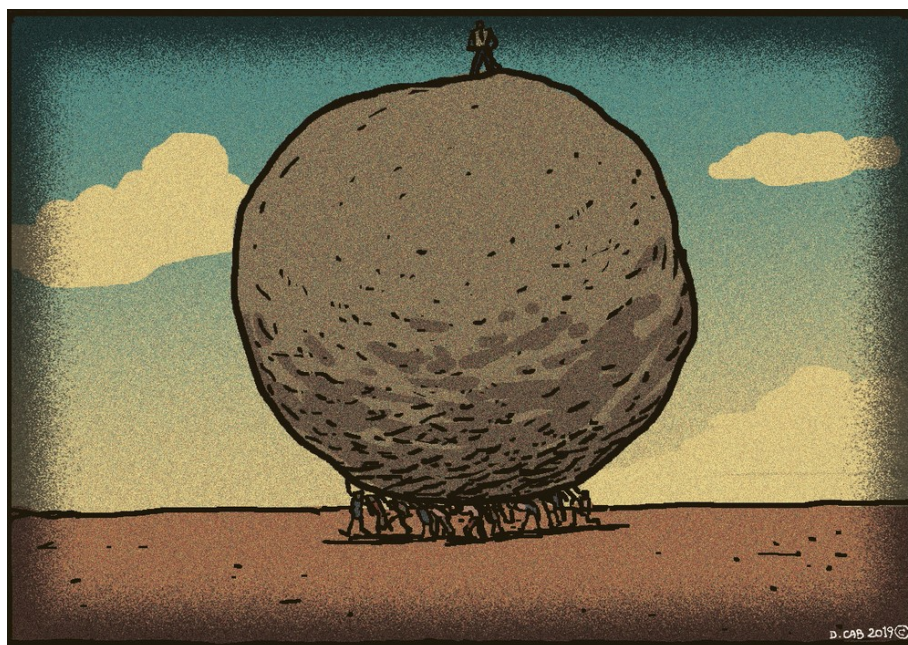


Reforma tributária e desigualdade

Mudança ideal tem de priorizar a redução das desigualdades

Por Katia Maia e Oded Grajew

18/12/2019 05h01 · Atualizado há 3 semanas



O governo insiste na necessidade de retomada econômica e ampliação do espaço fiscal via reformas que reduzam os gastos sociais e de investimento. “Para superar a crise econômica o Brasil precisa de reformas que reduzam as despesas públicas”, dizem governo, analistas econômicos e instituições multilaterais, em um discurso limitado e enviesado. A crise fiscal é reduzida a um problema de controle de gastos públicos, sem reconhecer a importância deles e seu impacto social, num país em que a pobreza, a miséria e as desigualdades estão aumentando.

Nessa busca, o atual governo chega até mesmo a propor na PEC do Pacto Federativo, que faz parte do pacote Plano Mais Brasil, alterações

na Constituição que ameaçam direitos sociais, como saúde e educação, e os condiciona a questões econômicas.

- **Aumentar tributação de mais ricos está na mira, diz assessora**
- **Governo discute reverter elevação de IR sobre leasing**
- **Passa sistema eletrônico unificado para o ISS**

Entretanto, a insistência na execução de políticas de austeridade fiscal não tem produzido sequer os efeitos econômicos esperados. A teoria tão difundida de que cortar gastos sociais e de investimento é condição necessária para a retomada econômica tem se mostrado insuficiente. A economia brasileira segue patinando e as medidas tomadas até o momento, desde a Emenda Constitucional do Tetos dos Gastos de 2016 e outras regras fiscais, passando pela reforma trabalhista e pelas reformas e ações do governo atual, seguem impactando negativamente a maioria da população, sem promover o tão esperando crescimento econômico virtuoso.

Está na hora de parar de pôr a conta no colo dos mais pobres e da classe média e atacar o problema de frente: nosso sistema tributário é demasiadamente regressivo, injusto e ineficiente. Tudo que for feito no país para resolver a crise fiscal sem reformar esse sistema será inócuo.

Em quase um ano de gestão, o atual governo segue em fase de formulação da sua proposta de reforma tributária. Já existem três delas em tramitação no Congresso Nacional. Uma no Senado (PEC 110/2019), uma na Câmara (PEC 45/2019) e uma emenda a essa, da liderança da minoria. A falta de prioridade do governo com essa pauta essencial atrasa a possibilidade de um debate unificado e resolutivo, o

que alimenta privilégios e não reduz desigualdades.

Está na hora de parar de pôr a conta no colo dos mais pobres e da classe média e atacar o problema de frente: o sistema tributário é demasiadamente regressivo, injusto e ineficiente. Tudo que for feito para resolver a crise fiscal sem reformar esse sistema será inócuo

A média de contribuição com impostos realizada pela população brasileira adulta com renda é de 19%. Porém, as pessoas que estão no grupo dos 5% com menor renda (entre R\$ 265 e R\$ 570 mensais) contribuem proporcionalmente mais com o pagamento de impostos, em média com 28% de sua renda. Por outro lado, as pessoas no 0,2% de renda mais alta do país (renda média de R\$ 175 mil) contribuem com apenas 7% de sua renda.

Essas discrepâncias são fruto da alta dependência dos tributos sobre o consumo, que representam mais de 50% da carga tributária, e da grande diferenciação da tributação entre as rendas do trabalho e do capital. Esses dois mecanismos fazem com que o sistema brasileiro seja regressivo e pese proporcionalmente mais sobre as pessoas de menor renda.

Essa regressividade é um dos fatores responsáveis pelo lamentável lugar que o Brasil ocupa como um dos países mais desiguais do mundo. Cabe destacar que a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE), clube do qual o Brasil pretende ser membro efetivo, mostra que é nas nações com redução das desigualdades que surge um crescimento econômico mais rápido e sustentado.

Assim, qualquer proposta de reforma tributária que não seja guiada por esse propósito é insuficiente para uma retomada econômica mais estável e a ampliação do espaço fiscal. Com essa perspectiva, a Oxfam

Brasil apresenta cinco propostas que pretendem contribuir ao debate atual, que são considerados pontos essenciais para uma reforma que promova eficiência e equidade.

A primeira proposta trata da simplificação e ganho de eficiência na tributação sobre consumo, com a substituição dos diversos impostos atuais por um Imposto de Valor Agregado (IVA). A segunda é a ampliação da progressividade do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) a partir da volta do tributo sobre lucros e dividendos, revisão da isenção dada à renda obtida com aplicações financeiras e ampliação das faixas e alíquotas da cobrança do imposto de renda para alcançar as faixas de alta renda e reduzir as que recaem sobre as de menor renda.

Outra mudança a ser considerada é o aumento da progressividade do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), para que grandes corporações multinacionais não paguem menos tributos que as médias e pequenas empresas nacionais. O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) também deve estar incluído na reforma, tanto por sua função arrecadatória como também pelo papel social da terra e pela preservação ambiental.

Uma quinta proposta, e não menos importante, se refere ao Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto no inciso VII do artigo 153 da Constituição Federal e que nunca foi regulamentado. Todo imposto gera consequências econômicas, e estudos demonstram que os impostos sobre o patrimônio líquido de pessoas físicas têm menos impacto negativo na atividade econômica de um país do que os impostos sobre salários ou produção. Essa mudança deve começar sobre a alta riqueza, priorizando o 0,1% que está no topo da renda.

Importante não perder de vista que toda e qualquer proposta de reforma tributária deve atender à Constituição brasileira, que diz que a cobrança de impostos tem que ser feita de acordo com a “capacidade econômica do contribuinte”. A reforma tributária ideal tem que

priorizar a redução das desigualdades, reequilibrar a contribuição e reforçar a capacidade do Estado em oferecer serviços públicos de qualidade como previsto constitucionalmente.

Não podemos fugir à responsabilidade de construir um futuro inclusivo, justo e solidário que busque um desenvolvimento para toda a sociedade. A reforma tributária é basilar para essa caminhada. O Brasil não pode se dar ao luxo de ignorar essa urgência.

Katia Maia e Oded Grajew são, respectivamente, diretora executiva e presidente do Conselho Deliberativo da Oxfam Brasil.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Voos baratos de São Paulo a partir de R\$ 167
WWW.JETCOST.COM.BR

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em São Paulo
PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Queda de preços para planos de Internet. Veja as melhores ofertas
PLANOS DE INTERNET | LINKS PROMOVIDOS

LINK PATROCINADO

Panela que não usa óleo e não gruda vira febre em São Paulo
GOLD CHEF PANELAS

LINK PATROCINADO

30 carros para evitar de qualquer maneira
SENHOR CARROS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Pilotos da Azul farão protesto no aeroporto de Viracopos amanhã

VALOR INVESTE

Ucrânia muda versão sobre causa da queda de avião no Irã, diz agência

VALOR INVESTE

Minuto Fleven: Puxado pelos bancos, Ibovespa recua pelo 5º dia seguido